

Um novo olhar sobre o sentido de política nos estudos curriculares...¹

Débora Raquel Alves Barreiros*
Rita de Cássia Prazeres Frangella**

Resumo

Este estudo discute o sentido de política a partir de uma concepção de currículo e política como enunciação, articulação/produção de significados. Sublinhar o caráter discursivo como constitutivo da produção curricular sustenta a afirmação de que o discurso não é representação/manifestação de estruturas que o fundamentam, mas processo articulatório. Para tanto, são apresentados neste estudo o conceito de política e as concepções que balizam suas formulações a partir dessa compreensão, destacando a contribuição de Laclau e Mouffe a partir do exame de categorias centrais – discurso, hegemonia, práticas articulatórias – que, para esses autores, delineiam a perspectiva de política defendida. Nesse sentido, compreende-se o processo de produção da política como prática articulatória e argumenta-se que as análises de políticas curriculares são entendidas como uma ação contingente, conflituosa, discursiva e dialógica, a qual permite aos sujeitos assumir posições dentro dos discursos identitários, em um universo democrático-pluralista, completo de lutas e negociações.

Palavras-chave: Políticas curriculares. Discurso. Práticas articulatórias.

* Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; professora visitante no Programa de Pós-graduação em Educação (ProPed/UERJ); bolsista de Pós-doutorado Capes/Faperj; Rua São Francisco Xavier, 524 - Sala 12037 - Bloco F, Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20550-090, Rio de Janeiro – RJ; dbarreiros@uol.com.br

** Doutora em Educação pela na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira/UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da FEBF/UERJ; frangella@uol.com.br

Algo é objetivo na medida em que seu “ser” está presente e plenamente constituído. Desde essa perspectiva as coisas “são” algo determinado, as relações sociais “são” – e nesse sentido estão dotadas de objetividade. Agora, em nossa vida prática nunca experimentamos a “objetividade” dessa maneira: o sentido de muitas coisas nos escapa, a “guerra de interpretações” introduz ambigüidades e dúvidas acerca do “ser” dos objetos, e a sociedade se apresenta não como uma ordem objetiva e harmônica, mas como um conjunto de forças divergentes que não parece obedecer a nenhuma lógica unificada ou unificante. Como pode essa experiência do fracasso da objetividade fazer-se compatível com a afirmação de uma objetividade do real em última instância? (LACLAU, 2000, p. 192, tradução nossa).

1 INTRODUÇÃO

Temos assistido, nos últimos anos, a uma diversificação de temáticas/enfoques nos estudos que tomam o currículo como objeto de pesquisa. O campo amplia-se, multiplicam-se perspectivas teóricas, alargam-se os focos de estudo que articulam a discussão curricular; no entanto, é possível perceber, em diálogo com estudos que mapeiam a produção relativa ao campo (LOPES; MACEDO, 2007), que há temáticas ainda pouco exploradas.

Nesse sentido, como sinaliza a pesquisa financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/INEP) e coordenada por Alice Lopes e Elizabeth Macedo, *Currículo da Educação Básica* (1996-2002), nos estudos que focalizam as políticas curriculares, entendidas como “[...] temática que engloba os estudos mais amplos das políticas que produzem os currículos, seja no âmbito dos governos, das escolas e/ou das influências internacionais” (LOPES; MACEDO, 2007, p. 25), são pouco explorados.² Ainda que nos últimos anos tenhamos acompanhado o desenvolvimento na área, percebe-se que o foco dos estudos curriculares centrados na escola revela-se, por um lado, fundamental para a reconceitualização do campo e busca por avanços significativos nas análises curriculares, por outro, também é possível

perceber que, por vezes, as políticas curriculares são tomadas como “objetos reais”, dados sobre os quais se opera com conceitos que acabam fixando os sentidos dessa e voltando a atenção para as interpretações, apropriações, embates, resistências às políticas, contudo essas permanecem como centro gravitacional das ações na/da escola e seus sujeitos, produto objetivo.

Sem dúvida, sabemos que isso não pode ser tomado de forma aligeirada: desde a Nova Sociologia da Educação, uma concepção crítica da produção curricular problematiza categorias antes aceitas como dadas, enfatizando análises que articulam nível macro e micro e que buscam compreender as disputas em torno da produção (MOREIRA, 1990). Todavia, ainda que atentando para as lutas em torno da produção, há o entendimento de um produto final que estabiliza sentidos e os fixa na política, ou seja, ainda que se problematizem os sentidos das políticas e como esses foram construídos, o foco das análises concentra-se nos sentidos hegemônicos dessas políticas. Assim, tem-se uma visão de política como embate e determinação.

Justamente aí que reside a problematização da política. Tomamos como nosso o questionamento de Laclau (2000): é possível a afirmação de uma objetividade em última instância? No que se refere às políticas, perguntamo-nos se é possível entendê-las como sentido estável e fixo. Assim, propomos que as análises de políticas curriculares, ademais de serem tomadas como produto, sejam consideradas em sua produção instável e contingente, compreendendo a hegemonia como provisoriade, o que exige pensarmos nas práticas articulatórias que as tornam possíveis.

Para tanto, partimos de uma concepção de currículo e política como enunciação, articulação/produção de significados, ressaltando a dimensão discursiva da produção curricular. Ainda que esse discurso não seja construído de forma plena e acabada, institui os sentidos atribuídos às ações, fomenta e torna possível desejos e projeções de trabalho. Como discurso, elabora, concorre, constrange, amplia. Desse modo, na linguagem ocorre a tradução incompleta, o entre-lugar como espaço significativo (BHABHA, 1998). Sublinhar o caráter discursivo como constitutivo dessa produção sustenta a afirmação de que o discurso não é representação/manifestação de estruturas que o fundamentam. Ao contrário, trata de mostrar o real, a objetividade como objeto discursivo, em um conceito de discurso que, com Laclau (2000), entendemos que “[...] não tem status de uma

categoria essencialista: porque é precisamente o conceito que, ao afirmar a presença de um ‘exterior constitutivo’ que acompanha a instituição de toda identidade, aponta a limitação e contingência de toda essência.” (LACLAU, 2000, p. 196).

Temos assumido essa perspectiva em nossas pesquisas e buscamos neste estudo discutir o conceito de política, em um exame das concepções que balizam as formulações da política a partir dessa compreensão, destacando a contribuição de Laclau e Mouffe (2001, 2004). Refletimos ao longo do estudo, de forma a clarificar o processo de produção da política como prática articulatória e disso atentando às análises de políticas de currículo, argumentando que estas entendidas como indeterminação e contingência nos possibilitam pensar formas de ação política nesse processo.

2 O QUE ENTENDEMOS POR POLÍTICA?

A “política” é uma categoria ontológica: há política porque há subversão e deslocamento do social. Isto significa que todo sujeito é, por definição, político. À parte do sujeito, neste sentido radical, só existem posições de sujeito no campo geral da objetividade. Mas o sujeito, tal como é compreendido neste texto, não pode ser objetivo: ele só se constitui nas margens irregulares da estrutura. Assim, explorar o campo de emergência do sujeito nas sociedades contemporâneas é examinar as marcas que a contingência inscreveu nas estruturas aparentemente objetivas das sociedades em que vivemos (LAUCLAU, 2000, p. 61, tradução nossa).

Dentro da dimensão política discutida por Laclau (2000), podemos assegurar que os sujeitos existem por obra de uma construção política, a qual se transforma continuamente pelos deslocamentos da trama articulatória das identidades presentes nas relações sociais. Mouffe (2005) nos alerta para a discussão de política quando retrata sua percepção dentro um modelo agonístico³ de democracia; ressalta que, ao considerarmos qualquer ordem política uma demonstração

de hegemonia – de um arquétipo característico das relações de poder –, a prática política não pode ser compreendida apenas como representativa de identidades pré-constituídas, mas, como constituidoras dessas identidades, principalmente por ser um campo instável e transitório.

Para melhor compreendermos o modelo proposto por Mouffe (2005, p. 20) – pluralismo agonístico –, destacamos a necessidade de diferenciarmos os conceitos: “política” e “o político”. Por política, a autora define o “[...] conjunto de práticas, discursos e instituições” (MOUFFRE, 2005), que busca estabelecer certa domesticação e condições de aceitabilidade, mas que em decorrências dos conflitos existentes nas relações sociais serão sempre atingidas pela dimensão do “político”. O “político” trata-se de dimensão antagônica, que possui diferentes formas dada a transitoriedade das relações humanas. A autora busca essa definição para fundamentar sua crítica a respeito da dimensão de política que ignora os conflitos e as diferenças, e trabalha em prol de uma unidade marcada pela lógica de “nós” em oposição a um “eles”. Destituir esse binarismo é trabalhar a partir de uma democracia pluralista, que insere a

[...] distinção entre as categorias de “inimigo” e de “adversário”. Isso significa que no “interior da comunidade política não se verá no opo- nente um inimigo a abater, mas um adversário de legítima existência ao qual se deve tolerar. Combatem com vigor suas idéias, contudo ja- mais se questionará o direito de defendê-las. (MOUFFRE, 2002, p. 1).

Defender-se é, nessa acepção, uma forma de negociar saberes e práti- cas que, nos espaços de consenso conflituoso, faz da política uma arena de fronteiras, sem que ocorra o apagamento de cada um dos adversários.

Transformar a lógica do inimigo (antagonismo) em adversário (ago- nismo) permite-nos pensar que as relações de poder são intrínsecas e constituidoras da política e que a confrontação agonística entre pontos de vista em conflito é o que nos possibilita reavaliar que o importante não é eliminar o poder, mas, construir uma política mais compatível aos valores morais e éticos, que possibilite reconhecer a dimensão do poder e a sua necessidade de transformação. Em outras palavras, “[...] o desapare- cimento radical do poder seria equivalente à dissolução do tecido social.” (LACLAU, 2000, p. 50).

A partir do exposto, assumimos uma concepção de política centrada na negociação na prática social (HALL, 2003). Uma ação contingente, conflituosa, discursiva e dialógica que permite aos sujeitos assumirem posições dentro dos discursos identitários em um universo democrático-pluralista completo de lutas e negociações. Nas palavras de Laclau (1993, p. 10): “Se a política é o conjunto de decisões adotadas em um terreno indecidível – ou seja, um terreno no qual o poder é constitutivo –, o social só pode consistir das formas sedimentadas de um poder que tem apagado os traços de sua própria contingência.” Ao assumirmos que o discurso político está circunscrito ao terreno da contingência, em uma lógica pautada nos sentidos contextuais em que cada palavra é enunciada e no significado que esta ganha toda vez que é pronunciada, estaremos também assumindo que a tarefa política envolve momentos de enunciação, díspares interesses e múltiplas relações de força.

Partindo da premissa de que o ato de enunciação é sempre um ato social, podemos dizer que há sempre a necessidade de um interlocutor ao qual se refere o discurso; um alguém para quem se fala, cujas intencionalidades e práticas discursivas buscam atribuir sentido, mas que nunca podem garantir a obtenção do mesmo significado, principalmente já que enunciar, segundo Lacan (1986, p. 273-275) implica ver além da palavra: “[...] toda palavra tem sempre um mais-além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer, e, atrás do que quer dizer, há ainda um outro querer-dizer, e nada será nunca esgotado.”

Dentro dessa lógica, existe sempre uma historicidade dentro da condição enunciativa, que Carvalho (2001, p. 125) destaca como sendo importante tanto “[...] para expressar o poder, [ou] para confrontá-lo”, a posição do sujeito vai sempre depender da forma como o outro interpreta o que é enunciado e vice-versa, em um jogo que requer sempre negociações e a construção de novas ações discursivas. Em outras palavras, a política possui um caráter ininterrupto e provisório, assim como todas as práticas hegemônicas.

3 HEGEMONIA PROVISÓRIA E PRÁTICAS ARTICULATÓRIAS – A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DA POLÍTICA

Para que possamos compreender o sentido da política, recorreremos primeiramente ao conceito clássico de hegemonia discutido por Gramsci, que ressalta que as relações hegemônicas não podem mais ser vistas como relações de força e opressão, mas, como prática de consenso. Williams (1979, p. 113) nos ajuda a entender a hegemonia em Gramsci:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “dominação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor– que, ao serem experimentados como prática, parecem confirmar-se reciprocamente.

Embora a palavra hegemonia tenha por definição o caráter dominante – ação de guiar, direção; autoridade, proeminência, poder absoluto (HOUAISS, 2008); esta jamais será total ou exclusiva, principalmente por operar a partir do campo do discursividade e da enunciação das práticas sociais, o que inviabiliza a totalidade homogênea e transforma em processo de articulações qualquer intenção e busca da hegemonia dominante.

Gramsci (1978), ao destacar a transformação da força econômica (marxismo clássico) em direção a um lócus ético-político, revela as mudanças nas práticas hegemônicas que são manifestadas por “[...] lutas [que] deixam de ser imediatas e diretas e os conflitos se deslocam do campo das contradições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis.” (KONDER, 1992, p. 134). Tais mudanças nos ajudam a compreender a capacidade de conquistar o consenso que envolve os conflitos no campo das ideias e da cultura.

Os estudos gramscianos foram fundamentais para os pós-estruturalistas e pós-modernistas, pois ao trazer as discussões para o eixo político-cultural, possibilitou compreender que hegemonia se trata de uma gama de discursos e práticas articulatórias que se ligam por palavras e ações, em contextos e momentos sin-

gulares e que formam totalidades significativas – fechamentos contingentes. Em outras palavras, uma hegemonia sempre provisória.

O fechamento, nesse sentido, é resultado de um consenso – “[...] resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre acarreta alguma forma de exclusão.” (MOUFFE, 2005, p. 21). Nessa acepção, nunca haverá conformidade, mas apenas posicionamentos no terreno da contingência que envolvem conflitos – consenso conflituoso. Esse último conceito é atribuído por Mouffe (2005) na discussão sobre pluralismo agonístico, que cria um espaço para o dissenso e para que as diferenças possam se manifestar. Uma espécie de jogo misto, em que a política pluralista é concebida parte pelo conflito e parte pela colaboração.

Essa perspectiva de análise pelo consenso conflituoso demonstra claramente a impossibilidade de definição de uma identidade ou força imanente, fazendo com que o discurso hegemônico e o campo da política criem um novo elemento para consolidar as suas ações dentro de uma variedade de demandas e aspirações, que Burity (2007) chama de atores coletivos:

[...] construtos compostos, mobilizados em torno de uma exterioridade que [...] os ameaça ou desafia, ou seja, os desloca, fornecendo-lhes as condições de aglutinarem grupos e pessoas díspares em torno de uma “preocupação” ou “demanda” comuns, mas ao mesmo tempo lhes impedindo de se apresentarem como identidades sólidas e naturais, dado que o que são depende irrecusavelmente do outro a quem “elegeram” como objeto de sua agressividade ou do seu amor. (BURITY, 2007, p. 3).

Na verdade, são propostas e discursos políticos que não buscam “[...] dissolver as diferenças num todo homogêneo, ou as subordinam a um projeto maior, mas visam a desbastar uma trilha em que um conjunto de demandas por reconhecimento e legitimidade se somam a outras por satisfação de carências (materiais ou não).” (BURITY, 2007, p. 23). Por não anular as diferenças, os atores coletivos tornam-se resultado das semelhanças e complementaridades que cada sujeito, em presença de um “outro”, gera um antagonismo, mas, no entanto, é condição para a sua existência. Em outras palavras, o ato da representação implica também a constituição de quem está sendo representado, uma ação de identificação que implica ceder às estratégias e às lógicas da articulação político-simbólica (discurso).

Laclau e Mouffe (2001) destacam que o discurso sempre exerce uma “[...] tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro, como pontos nodais”, criando uma aparente imagem de unidade ao real, uma falsa unidade, visto que os significados constituídos em uma articulação discursiva – o que chamamos pontos nodais – somente conseguem se estabelecer como hegemônicos, fixando-se em uma cadeia; entretanto, como “[...] nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível a contingência da estrutura.” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 96).

A articulação discursiva ocorre via processo de mobilização social, que engloba duas lógicas: a da equivalência e a da diferença. A lógica da equivalência abarca o processo de identificação que, segundo os autores, é algo construído na exterioridade – exterior constitutivo –, que pela equivalência anula ou redefine as diferenças para encontrar algo idêntico a todas elas; uma espécie de fechamento momentâneo do sistema – cadeia de equivalência – cujos elementos diferenciais se articulam também de forma não diferencial. Dentro dessa construção, os posicionamentos diferenciados entre os sujeitos exigem uma equivalência a partir das posições e dos contextos próprios dos atores envolvidos, mas que muitas vezes simplificam o espaço político em campos antagônicos e inconciliáveis (BURITY, 2007).

A lógica da diferença se pauta na premissa de que o fechamento – totalidade discursiva – seria inviável, o que a torna um campo de significação fluido, ambíguo e temporário. Lopes e Macedo (2007) ressaltam que, dentro do contexto social e discursivo, considerado uma estrutura aberta, indubitavelmente existirá alguma coisa que escape da lógica diferencial do discurso, sempre surgirão eventos que não podem ser simbolizados. Nesse sentido, “[...] qualquer sistematicidade é contingente e dependente de um antagonismo social”, o que torna a relação entre as lógicas da diferença e da equivalência elementos essenciais “[...] pelos quais os sistemas discursivos são provisoriamente fechados e as posições de sujeito dos elementos que os constituem definidas.” (LOPES; MACEDO, 2007, p. 6).

Nesse sentido, o exterior constitutivo, presente na lógica da equivalência, torna-se, portanto “[...] incomensurável com o interior e, ao mesmo tempo, condição para seu surgimento.” (MOUFFE, 2003, p. 29). Dito de outro modo: a equivalência não implica a anulação da diferença, mas passa a ser condição para sua

possibilidade – à medida que o fecha, criando os pontos nodais –; e para sua impossibilidade – à medida que nega a sua identidade quando cria uma diferença radical.

Ao considerarmos a hegemonia total algo irrealizável, emitimos um novo olhar sobre as forças hegemônicas presentes nas práticas enunciativas, o que, a nosso ver, permite considerar elementos da tradição e as novas negociações político-sociais, principalmente ao trazer à tona “[...] antigas apreensões que envolvem o sujeito e sua agência dentro do campo discursivo.” (MOUFFE, 2003, p. 11). Pensar nas antigas apreensões é articulá-las ao campo que abarca também uma discussão de como “[...] as estratégias [para hegemonizar o lugar vazio] criam identidades e não o contrário” (LACLAU, 2000, p. 243), o que implica um deslocamento das relações tradicionais entre democracia e poder, principalmente se considerarmos o caráter contingente e incompleto da totalidade, estaremos assumindo que nenhum sistema hegemônico pode ser “[...] completamente imposto pelas ambigüidades intrínsecas do próprio projeto.” (LACLAU, 2000, p. 28).

As ambigüidades mencionadas pelo autor referem-se à forma como o campo da hegemonia revela as inúmeras tentativas de recomposição e rearticulação dos elementos da tradição e de representação de poder. Entretanto, como assegura Laclau (2000), a questão não é dizer quem é o agente da hegemonia, mas como alguém passa a ser um sujeito por meio da articulação hegemônica. O autor levanta algumas questões interessantes para entendermos o sentido da política:

[...] como unificar, de forma a criar certos efeitos políticos, um conjunto de lutas baseadas numa dispersão de posições de sujeito? Como constituir novas formas políticas que não sejam o produto de uma unificação já dada ao nível de uma “estrutura” mítica, mas que sejam elas próprias a fonte de qualquer unificação que possa existir? Como reconciliar efeitos unificantes num certo nível com a autonomia dos fragmentos em outro? (LACLAU, 2000, p. 165).

A dispersão e o fragmento levantados pelo autor ratificam o argumento da hegemonia provisória, em que “[...] todos os sentidos, portanto, devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência específicas.” (MENDONÇA, 2003, p. 140). Sob esse enfoque, a noção de discurso, segundo Laclau e Mouffe (2001), pressupõe três noções fundamentais: a de elemento, a de momento e a de prática articulatória.

Em outras palavras, a prática articulatória, por sua vez, ocorre a partir da articulação de elementos que estão submersos em uma lógica complexa (lógica da diferença) e que se encontram separados em relação aos demais pelo campo da discursividade; ao agregar os elementos, a prática articulatória os transforma em momentos (lógica da equivalência) que, ao assumirem tal condição, tornam-se um momento diferencial, deixando então seu status de elemento; é na articulação dos momentos diferenciais (pontos nodais) que ocorrem as modificações das identidades dos sujeitos, que passam por uma alteração das condições particulares anteriores (MENDONÇA, 2003). As novas relações identitárias criadas a partir das práticas articulatórias têm como resultado o discurso (totalidade estruturada); uma totalidade constituída pelo caráter precário e provisório, que nada mais é do que uma contingência estruturada.

Laclau e Mouffe (2001) chamam a atenção para a noção de prática articulatória, principalmente pela similitude com o conceito de mediação, mas que na concepção dos autores corresponde a lógicas diferentes. Para eles, enquanto a mediação “[...] trata de transições lógicas entre a teoria, o conceito e a realidade, a articulação constitui-se de relações contingentes em que os sentidos são precários e sem literalidade.” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 96). A prática da articulação consiste na “[...] construção de pontos nodais que parcialmente fixam significados”, que, pelo caráter parcial dessa fixação no campo das relações sociais e do discurso, tais pontos são considerados demasiadamente infinitos (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 113).

Ao considerarmos que o sentido de política é decorrente de demandas particulares dos grupos hegemônicos, deparamo-nos com um conjunto de práticas articulatórias, as quais ganham sentido quando são esvaziadas de sentido (ou superpreenchidas em lutas hegemônicas) –, o que Laclau (2005a) chama de significantes vazios. Esses conceitos são considerados significados vazios por se tratarem de conteúdos incorporados universalmente e que tendem a provocar uma situação de maior reconhecimento de diferenças em espaços de múltiplas cisões. Isso implica dizer que um significante precisa perder sua referência direta a um determinado significado, pois os símbolos fundamentalmente devem ser vagos e imprecisos para então representar uma totalidade, que não poderá ser reproduzida de forma direta pelo fato de evidenciar um conjunto de elementos que são necessariamente heterogêneos entre si. Nas palavras de Laclau (2005a, p. 3):

[...] a idéia de significante vazio sustenta que quanto mais ampla certa cadeia de equivalência for, menos a demanda que assume a responsabilidade de representá-la como um todo vai possuir um laço estrito com aquilo que constituía originariamente como particularidade, quer dizer, para ter a função de representação universal, a demanda vai ter que se despojar de seu conteúdo preciso e concreto, afastando-se da relação com seu(s) significado(s) específico(s), transformando-se em um significante puro que é o que conceitua como sendo um significante vazio.

Assim, o que podemos salientar a partir das contribuições de Laclau e Mouffe é um entendimento diferente acerca da política e que potencialmente pode nos permitir o desenvolvimento de outra análise de políticas curriculares. Os conceitos-chave trabalhados pelos autores e aqui discutidos – hegemonia, lógica da equivalência/diferença, significante vazio – explicitam a construção política como política-discursiva mais complexa que em um entendimento de lutas de poder em que há vencedores e vencidos. O entendimento das práticas articulatórias como estratégia discursiva central dessa operação revela o caráter de inacabamento e contingência dessas produções e que nos permite compreender as estratégias de elaboração do currículo a partir do entendimento desse como enunciação

4 INTERROGANDO AS POLÍTICAS CURRICULARES COMO ARTICULAÇÃO E CONTINGÊNCIA

Diante do exposto, podemos assegurar que o campo da política está fundamentado em três eixos: discurso, significante vazio e hegemonia provisória. Esses conceitos nos ajudam a compreender os diferentes significados que envolvem as políticas e práticas curriculares, principalmente se assumirmos que nas cadeias discursivas coabitam objetivos que não se coadunam essencialmente, mas que por meio de práticas articulatórias legitimam saber e poder.

Os conceitos abordados pelos autores explicitam o caráter discursivo das práticas sociais, destacando que toda prática é significativa e que essa produção de sentido é contingente, sendo configurada por sua localização em um sistema de relações, ou seja, sem distinguir palavras e ações, a posicionalidade e as relações

entre elas, em um jogo de linguagem, constituem o discurso (BURITY, 2007) Assim, Laclau (2000) defende que o entendimento do discursivo é o horizonte de toda objetividade, o que implica entender sua formação não como expressão de uma priori, mas se a constituição de uma objetividade é discursiva revela que “[...] haverá sempre uma margem inapreensível que limita e distorce o ‘objetivo’ e que é precisamente o real.” (LAUCLAU, 2000, p. 95).

Essa margem inapreensível – o exterior constitutivo – que em Laclau remete ao diálogo com o conceito lacaniano de falta (ZIZEK, 2000) – exige mais do que consenso, articulação que explicita a condição de toda construção de contingente. Dessa forma, uma contingência não tem uma origem, mas como criação radical, ou seja, “[...] nenhuma prática social, mesmo os atos mais humildes da nossa vida cotidiana, são inteiramente repetitivos.” (LAUCLAU, 2000, p. 193).

Por articulação, o autor entende a criação de algo novo a partir da dispersão de elementos. Em diálogo com a produção do autor, entendemos que esses elementos se alinham em uma cadeia de equivalências constituída por uma relação de equivalência entre as várias demandas. Contudo, essa cadeia de equivalência ao ser estendida necessita de algo que, simbolicamente, remeta a um todo. Essa representação universal dessa cadeia, ao representar as várias demandas, perde sua referência direta para representar demandas que se unem não em razão de uma proximidade, já que são heterogêneas entre si, mas se opõem a uma força antagônica comum. Essa perda e esvaziamento de sentido transformam a representação em significante vazio.

Desprovido de suas particularidades, transforma-se em um elemento conceitual que permite a articulação de demandas distintas. Temos como exemplo os conceitos de cultura, diferença, qualidade, competência e cidadania, tão presentes no contexto educacional contemporâneo, e como significantes vazios, permitem a constituição de atores coletivos. Esses conceitos, como representantes de lutas e mobilizações, não têm seus significados preenchidos de forma total, exigem a luta constante – a partir do entendimento do agonismo – para sua manutenção como significante vazio. É essa relação que constitui uma relação hegemônica.

A partir do exposto é possível dizer que esse significante vazio, ao permitir um fechamento de sentido, o faz de forma contingente, em um contexto de forças que lutam para que essa universalização seja mantida. O que se depreende dessa

dinâmica é que essa relação hegemônica de formação de cadeias de equivalência em meio a práticas articulatórias ocorre em um campo de negociação constante.

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe e a reconceitualização da categoria hegemonia permitem compreender que, ao afastá-la de uma ideia de determinação/subordinação e tratá-la como antagonismo, entende-se o jogo de relações em que diferenças são reagrupadas em cadeias de equivalências; como essas se expandem, permitem entender a construção da hegemonia e como ela é condição que não permite fechamento total, encerrar um significante em um sentido único. O antagonismo proposto exige a negociação por intermédio das práticas articulatórias.

Esse entendimento – da política como negociação e do currículo como prática de enunciação – direciona à análise curricular, arguindo a articulação de diferenças. Os múltiplos posicionamentos – ou identidades fragmentadas – decorreriam das negociações/traduições das diferenças, do diálogo entre elas, criando espaços intersticiais, os entrelugares, como explica Bhabha (1998).

O autor, ao destacar a concepção de tradução/negociação, o faz na perspectiva de que esta pode significar outro lugar cultural e político de enfrentamento, ao trazer a possibilidade de articulação de elementos contraditórios, em uma construção que não é nem um nem outro, mas um híbrido. Ressalta que a contribuição da negociação, ou com Laclau podemos chamar de prática articulatória, é criar e estabelecer o entrelugar.

Assim, ao referirmo-nos ao currículo como enunciação, trata-se de vislumbrar que esse processo de articulação se concentra no processo enunciativo da diferença, que precisa ser problematizado. Há uma ambivalência em que o sentido do enunciado nunca é transparente. Bhabha (2001, p. 66) afirma que “[...] o pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre eu e o você designados no enunciado. A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um terceiro espaço.” Esse espaço seria o entrelugar que, como temporalidade disjuntiva, para a partir de processos de negociação/tradução. A compreensão desse processo possibilita o entendimento do currículo como híbrido, tornando impensáveis a pureza, a originalidade e os sectarismos. Trata-se da diferença como temporalidade descontínua, intertextual.

O entendimento do currículo como enunciação põe sob foco a prática de significação como arena de confronto em torno do significado; pressupõe negociação, articulação na constituição, do que Bakhtin (2004) chama auditório social.

A construção de significados pelos sujeitos acontece na cultura, a partir das redes discursivas em que nos envolvemos, na constante ação de significar/diferir, o que evidencia o caráter dinâmico e dialógico da linguagem como espaço formativo onde não há “nem um nem outro”, mas um espaço dialógico de articulação e não de substituição da linguagem/cultura. O embate gerado, as negociações enfrentadas são processos produtivos que reconstróem, continuamente, a linguagem, os sujeitos, o currículo. Tal concepção aproxima polos muitas vezes tratados como dicotômicos ou sobrepostos – cultura e política.

A ambiguidade entre a lógica de equivalência e diferença e até mesmo as disputas entre diferentes cadeias de equivalência criam uma significação que a priori é indefinida e incita negociações que provocam rupturas, criando campos de significação na articulação-desarticulação-rearticulação de enunciados que evidenciam e deslocam a diferença. É nesse processo que o currículo se torna movediço, híbrido, na possibilidade do entrelugar de enunciação. Dessa forma, a questão da articulação não ocorre entre fronteiras fixas, significados vazios universalizados de forma total, mas entre significados flutuantes, manobras que fazem com que “[...] toda essa lógica de homogeneidade e heterogeneidade entre em um processo de contaminação mútua [...] em que o momento da articulação política passa a ser agora constitutivo.” (LACLAU, 2006, p. 36).

A articulação política é constitutiva dos processos de enunciação, uma vez que podemos entendê-los com Bakhtin (2003, p. 277), “[...] como unidade de comunicação discursiva” que acontece pela alternância de sujeitos do discurso, “que emoldura o enunciado” e o relaciona a outros em uma compreensão responsiva, réplicas que caracterizam o caráter dialógico que o autor defende. Ainda expõe que cada enunciado tem como característica uma conclusibilidade específica que, como característica interna, garante e oferece condição à alternância de sujeitos do discurso. Desse modo, entendemos a articulação não como momento síntese, mas enunciações em constante fluxo que intercambiam significados e os disputam.

Aproximando esses conceitos da análise curricular, trata-se de acompanhar a política em sua feitura, que não se encerra no currículo escrito, tampouco se desloca para o currículo vivido, mas exige a articulação entre as suas diferentes dimensões, em um fluxo constante que torna fronteiras fluídas e, ainda, exige mo-

mentos de fechamento; revela o caráter de negociação na/com a diferença, articulação que exige mobilização política (MACEDO, 2006).

Notas explicativas

¹ Trata-se da versão ampliada do trabalho apresentado na 31ª reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

² A partir do levantamento de teses e dissertações sobre currículo produzidas entre 1996 e 2002 organizadas segundo a temática, dessas 18 dedicam-se ao estudo de políticas curriculares, em um total de 453 pesquisas analisadas, o que se trata, em média, de apenas 4% dos estudos.

³ Em relação ao conceito de modelo agonístico trabalhado por Chantal Mouffe, apropriamos das palavras de Santos (2004, p. 42), quando revela que a “[...] democracia do tipo agonístico é uma resposta alternativa ao modelo de representação simbólica que concebe a sociedade como um organismo, o que implica uma visão integracionista da organização social. A alternativa consiste na proposição de um modelo do tipo ‘consenso conflitual’, isto é, um pluralismo democrático que valoriza o dissenso, ao permitir o surgimento de instituições que exteriorizem posições antagônicas, podendo-se falar, como assinala Mouffe, em vários projetos de cidadania diferentes.” (MOUFFE, 2003, p. 17).

A new look at the meaning of policy in curricular studies...

Abstract

This study discusses the meaning of policy based on a conception of curriculum and policy as enunciation, articulation/production of meanings. Underscoring the discursive nature as constituting curricular production supports the affirmation that the discourse is not a representation/manifestation of structures that are its basis, but an articulatory process. For that reason, in that study the concept of policy and the conceptions that support its formulations rooted in that understanding are presented, highlighting the contribution of Laclau and Mouffe, after examining central categories – discourse, hegemony and articulatory practices – which, for those authors, outline the perspective of policy defended. In that sense, the process of policy production is seen as an articulatory practice and it is argued that the analyses of curriculum policies are viewed as a con-

tingent, conflicting, discursive and dialogical action that enables the subjects to take up positions within the identitary discourses, in a democratic-pluralist universe complete with struggles and negotiations.

Keywords: Curriculum policies. Discourse. Articulatory practices.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BURITY, Joanildo A. **Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau**. 2007. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>>. Acesso em: 1 mar. 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL JUNIOR, A.; BURITY, J. **Inclusão social, identidade e diferença**. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y estratégia socialista**. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 2004.

_____. **Hegemony and socialist strategy**. Londres: Verso, 2001.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth (Coord.). **Currículo da Educação Básica (1996-2002)**. Brasília, DF: Ministério da Educação; INEP, 2007.

_____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005b.

_____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

_____. **Power and representation**. POSTER, Mark (Ed.). *Politics, Theory and Contemporary Culture*, New York: Columbia University Press, 1993. Disponível: <www.insumisos.com/Articulos/Poder%20y%20representación.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2006.

_____. **Conferência de abertura**. Seminário Internacional Inclusão Social e as Perspectivas Pós-estruturalistas de Análise Social. 2005a. Disponível em: www.fundaj.gov.br/geral/inclusao/ernestolaclau.pdf. Acesso em 10/05/2006

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 98-113, jul./dez. 2006.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, p. 135-145, jun. 2003.

MOUFFE, Chantal. La nueva lucha por el poder. 2002. Disponível em: <http://www.politica.com.ar/Filosofia_politica/La_nueva_lucha_por_el_poder_Mouffe.htm>. Acesso em: 25 jan. 2007.

MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1992.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política**, v. 1, n. 3, Florianópolis, Ed. da UFSC, 2003.

_____. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2000.

Recebido em 25 de maio de 2010

Aceito em 7 de setembro de 2010

